OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA SUBSECRETARIA DE GESTÃO LOGÍSTICA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SEPLAG)

GUSTAVO BATISTA BRAGA

Fundação João Pinheiro

MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades pelo Centro Universitário UNINTER. Graduado em Farmácia pelo Centro Universitário UNA.

Servidor Público efetivo do Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

RESUMO: A saúde é um direito de todos e de dever do Estado, porém o Sistema Público de Saúde (SUS) não tem conseguido garantir o acesso de todos a todos os tipos de tratamentos, falhando na prestação deste serviço à população, o que levou a utilização da via judicial para garantia do direito à saúde, antes exceção, a se tornar regra no Brasil. Muito se discute sobre seu impacto financeiro e sobre a interferência do poder judiciário no executivo, mas pouco se fala sobre o planejamento e a operacionalização da compra dos objetos de judicialização da saúde. A ausência de diálogo institucional entre as funções judiciária e executiva do Estado de Minas Gerais demonstra o cenário vivido em todo o país. Dessa forma, faz-se importante a análise empírica do problema, para que, por meio de dados estatísticos soluções sejam apontadas de forma a alterar o cenário de impasse vivido, garantindo a população o real acesso ao direito a saúde. Através de um estudo de caso, utilizando da abordagem quantitativa e qualitativa de análise de dados e mesclando à vivência do autor, este artigo visa discutir a especificação de insumos e sua aquisição de forma centralizada no Estado de Minas Gerais e apresentar os impactos da judicialização da saúde sobre o Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAS) e sobre os procedimentos da Central de Compras da Secretaria de Planejamento e Gestão. Por último, são propostas soluções para garantir maior abastecimento, melhores condições de compras, maior organização de itens de materiais requeridos pelas vias judiciais e redução dos problemas operacionais ocasionados por esta modalidade de compras. Estas soluções propostas envolvem a necessidade de se promover um diálogo aberto entre os três poderes para que juntos atuem de maneira sincronizada para resolver o gargalo da judicialização e no âmbito estadual, aproximação do Núcleo de Atendimento à Judicialização (NAJS) com o CATMAS e a Central de Compras.

PALAVRAS-CHAVE: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE. DIREITO À SAÚDE. ESPECIFICAÇÃO DE ITENS. COMPRAS PÚBLICAS.